



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 3520 - SP (2021/0223016-9)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
REQUERENTE : AMMA TODOS OS SANTHOS DIVISAO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
REQUERENTE : DIEGO BADARO BERTOLINI
REQUERENTE : FREDERICK LEE SCHILLING
REQUERENTE : HOMERO DE MARIO JORGE LUIZ COSTA VIEIRA OLIVETTO
ADVOGADOS : SIMONE KAMENETZ - RJ063780
FLÁVIO DIZ ZVEITER - RJ124187
RENATA DO AMARAL GONÇALVES - RJ128840
CAROLINA DE JESUS MULLER E OUTRO(S) - DF038896
ANA CLARA LEITE ALMEIDA - RJ201889
REQUERIDO : SHI CONSULTORIA E GESTAO EMPRESARIAL LTDA.
ADVOGADOS : RODRIGO JOSÉ MARCONDES PEDROSA OLIVEIRA - SP174940
LEANDRO AUGUSTO RAMOZZI CHIAROTTINO E OUTRO(S) - SP174894
HELIO NICOLETTI - SP016005

DECISÃO

Cuida-se de pedido de tutela de urgência formulado por AMMA TODOS OS SANTHOS DIVISAO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA., DIEGO BADARO BERTOLINI, FREDERICK LEE SCHILLING e HOMERO DE MARIO JORGE LUIZ COSTA VIEIRA OLIVETTO.

Os requerentes alegam que a "requerida iniciou a fase de cumprimento de sentença, alegando que a suspensão da ação de execução estaria superada em razão de uma decisão sobre questões preliminares, proferida pelo Tribunal Arbitral" (fl. 11).

Pleiteia a determinação de atribuição de efeito suspensivo ao presente recurso especial, "oficiando-se, com a urgência que o caso requer, ao juízo da 11ª Vara Cível do Foro Central de São Paulo, para que promova o imediato desbloqueio das contas correntes dos Requerentes" (fl. 15)

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano

ou o risco ao resultado útil do processo. Ou seja, o deferimento do pedido de tutela provisória de urgência exige a presença simultânea de dois requisitos autorizadores: o *fumus boni iuris*, caracterizado pela relevância jurídica dos argumentos apresentados no pedido, e o *periculum in mora*, consubstanciado na possibilidade de perecimento do bem jurídico objeto da pretensão resistida.

No caso, não está evidenciado o *periculum in mora*, na medida em que o que existe nos autos são argumentações genéricas quanto à possibilidade de cumprimento provisório da sentença.

Ante o exposto, indefiro o pedido liminar sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente